



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

SOMOS TODES IGUAIS: TRÊS CENAS DE DENÚNCIA

Gianluca Mascali Perseu (UFRGS) - gperseu@hotmail.com

Arquiteto e Urbanista (UniRitter). Especialista em Gestão de Projetos e Obras (UniRitter). Mestre em Planejamento Urbano e Regional (UFRGS).

Daniele Caron (UFRGS) - daniele.caron@ufrgs.br

Arquiteta e Urbanista (UFRGS). Mestre e Doutora em Urbanismo (Universidad Politécnic de Catalunya). Professora da Faculdade de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS.

Paulo Edison Belo Reyes (UFRGS) - paulo.reyes@ufrgs.br

Arquiteto e Urbanista (UniRitter). Mestre em Planejamento Urbano (UnB). Doutor em Ciências da Comunicação (Unisinos e Universidade Autônoma de Barcelona). Pós-Doutorado em Filosofia (Universidade Nova de Lisboa). Professor FA e PROPUR/UFRGS.

Somos *todes* iguais: três cenas de denúncia

PROSCÊNIO

Somos *todes* iguais, começemos assim. Não em nossos contextos ou localizações sociais — nas formas como se vem configurando o mundo —, mas em princípio. Somos *todes* iguais: essa premissa, fletida em gênero neutro a partir daquela (“somos todos iguais”) preconizada pelo filósofo argelino Jacques Rancière (2011; 2013; 2014; 2018), levanta questões e suscita dúvidas. Nos Estados Unidos, por exemplo, uma branquitude, descontente com a derrota nas urnas em 2020, invadia, no ano seguinte, o Senado, sob o olhar complacente de agentes policiais. No mesmo país, meses antes, o covarde assassinato de George Floyd provocava manifestações antirracistas ao redor do planeta. Como se pode afirmar a igualdade enquanto princípio de um mundo social marcadamente desigual? Tal paradoxo mobiliza certo esforço, que buscamos empreender a seguir, de forma a introduzir uma discussão do plano conceitual do político nos termos propostos por Rancière. O que queremos dizer, afinal, ao defender que somos *todes* iguais?

Atentemos: a igualdade é um processo que, em Rancière, se dá na própria diferença, na falha lógica do encontro com outrem. Assim sendo, é nas brechas entre diferentes em relação que emerge a igualdade como princípio político. Somos *todes* iguais de saída, isso está dado. O que propõe o filósofo é a necessidade de inauguração de um círculo de potência, de emancipação (RANCIÈRE, 2013), em que se compreende que cada pessoa ou coletivo, independentemente de sua localização ou marcadores sociais, pode interpretar o mundo e estabelecer conhecimentos por meio de suas próprias inteligências. “Repete metodicamente o método do acaso que te deu a medida do teu poder. A mesma inteligência está em ação em todos os atos do espírito humano” (RANCIÈRE, 2013, p. 35), sugere, atentando para a potência de processos emancipatórios na instauração de autonomia e diferença.

As formas de ser, pensar, fazer e estar em conjunto, de acordo com essa epistemologia da emancipação, podem ser conhecidas e definidas sem o intermédio de terceiros (incluídas aí as instituições e autoridades). A potência de alguém é a potência de *todes*, e a igualdade, estando dada, deve ser verificada com vistas à construção de uma comunidade de iguais. Iguais que, a partir de suas próprias experiências, conhecimentos e narrações, passam a compor o social.

É a partir da necessidade de verificação da igualdade que se dá a política em termos *rancièrianos*: como ato de denúncia de um dano, com vistas a seu tratamento. Se o social é uma partilha entre iguais, o que o torna desigual é a ocorrência de um dano. Nessa desigualdade se configuram mundos, se definem localizações sociais, direitos e modos de vida não igualitários. Bordas entre quem pertence e quem não pertence. A configuração do social — dos lugares dos corpos e seres, das relações sociais e das funções de Estado — é, assim, referente ao que Rancière chama de a polícia (ou ordem policial). Afirma:

A polícia é assim, antes de mais nada, uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos de fazer, os modos de ser e os modos de dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído (RANCIÈRE, 2018, p.42).

O político é, por fim, o “terreno do encontro entre a política e a polícia no tratamento de um dano” (RANCIÈRE, 2014, p.69). Só há política quando há denúncia do desigual. Só há política quando uma ordem policial é desafiada pela fala de quem a ela não pertence, e que, ao fazê-lo, se institui como existência, passando assim por um processo de subjetivação, de instauração de formas de existência que possibilitam sentidos outros sobre o que pode ser o pertencimento. A política, destarte, se dá como um ato de contestação, o que não significa que não possa originar novas ordens e, enfim, novos processos de subjetivação. Dessa maneira, há uma alternância constante entre a denúncia (política) e a negociação (polícia).

Rancière compreende, ainda, que a política é uma experiência estética. A estética é, por ele, compreendida como “uma matriz de percepções e discursos que envolve um regime de pensamento, bem como uma visão da sociedade e da história” (RANCIÈRE, 2011, p. 2-3). Política é estética pois diz “respeito à configuração de um mundo comum” (Ibid., p.18) na ordem intersubjetiva daquilo a que o autor denomina de *partilha do sensível*. Ao se criar uma cena polêmica, ao torná-la disponível aos sentidos, se pode reconhecer e denunciar um dano, produzindo visibilidade e novas formas de percepção, modos de interpretação e programas de vida (Ibid., p.17). Seria a política um ato de vislumbre de pertencimento? Como esse exercício de dar-se a ver configura o urbano no referente às diferenças?

Dispusemos, a seguir, três imagens com as quais nos deparamos ao investigar experiências estético-políticas ligadas a processos urbanos contemporâneos de subjetivação e denúncia de partilhas desiguais do sensível. Os encontros com estas imagens se deram por meio de errâncias *online* pelo ciberespaço e pelas paisagens híbridas de Porto Alegre/RS, de forma prévia à feitura do presente estudo. Coube-nos, assim, levar a cabo um exercício de montagem com estes fragmentos, oriundos de nossas próprias experiências urbanas, memórias e interesses de investigação. Este exercício, por fim e como afirmado anteriormente, é encarado como uma oportunidade para ensaiar um plano conceitual do político nos termos propostos pelo filósofo argelino Jacques Rancière, buscando, ademais, visibilizar danos à igualdade relativos ao urbano.

Partindo da interpretação de cada uma dessas imagens, passamos à elaboração textual de cenas que compreendemos, inicialmente de forma intuitiva, como expressivas de atos políticos de contestação de ordens policiais. Procuramos explorar, ainda, e para cada cena, as formas de tomada de palavra e processos de subjetivação, buscando, em última instância, explorar como cada experiência estética dá visibilidade a um dano. Tencionamos, por fim, dar forma a alguns atravessamentos que surgem da própria interpretação.

Acreditamos que tal exercício se preste a discorrer sobre a urgência de investigar o mundo social-urbano a partir das não-existências, tendo a igualdade como princípio. Afinal, não somos *todes* iguais?

PRIMEIRA CENA: “TANTA GENTE SEM CASA, TANTA CASA SEM GENTE”



Figura 1: "Tanta gente sem casa, tanta casa sem gente". **Fonte:** MAGALHÃES, 2015. Foto de Paula Magalhães.

Por cima do reboco gasto, dizeres. Distinguimos um retângulo, hipoteticamente acidental, pelas marcas de tinta nas bordas da escritura. Sua existência tênue, assim como as soluções tipográficas segmentadas, dá pistas de que as palavras foram subtraídas de alguma folha ou chapa, que serviu então como gabarito para uma marcação em tinta *spray*. Essa técnica se torna especialmente útil para multiplicar uma mesma mensagem por diversos suportes ou localizações. E, assim, lemos os dizeres “*tanta gente sem casa, tanta casa sem gente*” — em diversas cores, tamanhos e técnicas — por tantas cidades, e pelas mãos de tanta gente país afora. A expressão acabou virando um *slogan* da luta pelo direito à cidade e, mais especificamente, pelo direito à moradia digna. Seria difícil mapear seus primórdios, ou mesmo seus alastramentos, o que nos provoca a encarar tais dizeres como expressivos de questões que atravessam e constituem o cotidiano e a vida urbana em diversas cidades brasileiras. Prestemos a atenção que essa afirmação exige, já há algum tempo.

De um lado (“*tanta gente sem casa*”), esbarramos na existência do déficit habitacional brasileiro, que, mesmo contrariando o direito constitucional à moradia, assola expressivos contingentes populacionais país afora (IBGE, 2018). Segundo a Constituição Federal, Título II, Capítulo II, Artigo 6º:

“são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a **moradia**, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2021[1988], p.18, grifo nosso).

Por outro lado (“*tanta casa sem gente*”), um sem-número de imóveis vazios e/ou subutilizados desafia os princípios, igualmente constitucionais, da *função social da propriedade* em território nacional, tal qual preconizada pela própria Constituição Federal (Artigos 182 e 183), assim como pelo Estatuto da Cidade, pelos planos diretores municipais em território nacional e pelo Fórum Nacional da Reforma Urbana. Se há casas que não são feitas para morar, então para que servem? O quanto essas casas de não-morar desrespeitam o direito à moradia digna?

Entre as afirmações “*tanta gente sem casa*” e “*tanta casa sem gente*” subsiste a denúncia de uma desigualdade ainda maior do que se levássemos cada uma em consideração separadamente. Surge, desse encontro, a legibilidade de uma configuração do social em que a moradia não é experimentada como um direito fundamental, mas um privilégio de quem tem condições de acesso ao mercado imobiliário. Nos deparamos com a triste notícia, por vezes normalizada, de que a propriedade é mais importante do que a vida. De que uma minoria tem acesso ao que *todes* deveriam ter. Somos *todes* iguais: isso está dado para Rancière. Temos direito à moradia digna, à cidade. E, no entanto, tomamos conhecimento de que não é assim que se configura o mundo em que vivemos. Pelo contrário, um sistema que produz, além de gente sem casa, casa sem gente.

Essa denúncia, no entanto, não é feita em solitude. Não há autoria individual para os dizeres em questão, visto que coube a muitas pessoas e coletivos fazê-los repercutir. Se há uma partilha desigual do direito à cidade e à moradia, há, também, as forças de contestação de quem se funda como existência ao escrever na/a rua. Há, nisso, a instituição de outras divisões do sensível, outras formas de percepção, que desafiam a produção formal, dominante e embrutecedora, da paisagem urbana. Essa resistente configuração do social é instituída por seres que, mesmo individualmente anônimos, tomam a palavra de si, de sua própria elaboração sobre o mundo percebido, “repartindo as mesmas propriedades daqueles que as negam [as palavras] a eles” (RANCIÈRE, 2018, p.38).

Se empreendedores e instituições instauram a visibilidade de seus discursos, monetizados e dominantes, em *outdoors*, tapumes de obra e nas próprias arquiteturas por eles financiados, outras escritas e significados não deixam de vir a ser. Essas visibilidades alternativas (por vezes configuradas sobre as próprias propriedades vazias, abandonadas ou precárias — ou mesmo sobre os muros e tapumes de grandes empreendimentos multimilionários) confere nomes a quem as escreve. Para Rancière, a tomada da palavra de si confere a possibilidade de participação, ou nos termos do autor, contagem, nomenclatura. Para algumas pessoas, quem escreve a rua com tinta e ousadia são *vagabundes* ou *vândales*; para outras, escreventes e artistas. De qualquer maneira, essas escritas urbanas em profusão questionam ordens e hierarquias estabelecidas. A rua surge como arena de disputa política.

A denúncia inscrita na escrita, por sua vez, e dentro do que Rancière denomina de “regime estético da arte”, não indica alternativas de forma precisa ou define agendas e objetivos pré-determinados. Não corresponde à *poiesis* desse inteligente jogo de palavras uma *aisthesis* que lhe complete com significado específico. As articulações que podem decorrer da discussão entre *direito à propriedade* e *função social da propriedade* com vistas a uma

configuração igualitária do direito à cidade são potencialmente infinitas, posto que cabem a quem, a partir de sua própria emancipação, inventa as formas de mudar o mundo. Essas formas estão sempre em movimento, sempre em aberto, sempre em disputa.

SEGUNDA CENA: BARONESA RESISTE!



Figura 2: "Baronesa Resiste!" **Fonte:** Jornal Brasil de Fato RS, 2019. Foto de Caio Monçalves.

Em primeiro plano, grades metálicas protegem algo a que se convencionou chamar de patrimônio. Sobre elas, em uma faixa de papel, lemos: “Somos a razão da ‘luta’ dos nossos ‘ancestrais’”, “Resistência sempre!”, “#baronesaresiste” e “#resistiremos”. Ao fundo, e, ironicamente, às bordas da imagem, a sede da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Recapitulemos: grades separam o fundo da frente. Entre a ordem e a contestação, entre o poder e a resistência, entre a polícia e a política, grades. Por seus vazios não passam corpos. Acesso restrito. Desconfiança. Talvez se possa passar braços até a altura dos ombros; talvez se possa olhar — de dentro para fora ou de fora para dentro — até encontrar opacidades (linguagens, composições etc.). Talvez se possa ecoar ruídos na esperança de que se tornem falas. A ordem policial constrói suas grades e, mesmo assim, pode ser perturbada quando:

[...] aqueles que não têm direitos de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados em um só: o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo onde há algo ‘entre’ eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada” (RANCIÈRE, 2018, p.40).

Essa cena tem a ver com a história de dez famílias que se unem¹. Por motivos diversos, essas famílias em união não possuem condições dignas de moradia. Algumas, por já terem sido removidas de onde moravam, sem que houvesse qualquer preocupação sobre para onde iriam. Em março de 2019, as dez famílias se unem para ocupar um imóvel, há muito vacante, em Porto Alegre. Ocupando, reivindicam um território ancestral, indígena e negro, solapado pelo processo metropolitano de modernização. O imóvel ocupado encontrava-se abandonado (posto que sem manutenção, usos ou pessoas) há dez anos. Consta como propriedade do poder municipal. Nesse endereço, o coletivo se nomeia: Ocupação Baronesa. Ao ganhar nome e passar a fazer parte de uma lógica de contagem, suas lutas urbanas se tornam visíveis na partilha do sensível. Ocupar é visibilizar lutas, danos, alternativas. Ao se tornar visível na cidade, a ocupação é enfrentada pela prefeitura com despejos violentos, falta de destinação adequada, abuso de autoridade. Tudo pela primazia do *direito à propriedade* sobre sua *função social*, encarada aqui como uma primazia do capital sobre a vida.

Após a ocupação resistir aos atos hostis de expulsão dos moradores, a Prefeitura decide demolir o imóvel, há anos vacante, impedindo as dez famílias de voltar a ocupá-lo. Se a assimetria do direito à cidade se apresenta como dano à igualdade, esse está ligado a um dano histórico com os povos originários e escravizados, relegados à não-visibilidade de uma história dita oficial. Curiosamente, é apenas quando esse movimento de resistência e denúncia se instaura como uma experiência estética (sensível, visível, partilhada) de ocupação do imóvel por pessoas a quem a participação social é negada pelos atos do planejamento urbano vigente; apenas quando se dá visibilidade, não apenas à precariedade e falta de moradia digna para as dez famílias, como também à situação precária do imóvel e seu desatendimento à *função social da propriedade*, que o poder municipal passa a demonstrar interesse pelo lote que consta como sua propriedade. O interesse estatal é tanto que as dez famílias são despejadas na rua de forma truculenta, sem destinação adequada e em época de muito frio.

A imagem a partir da qual se elabora a cena diz respeito a uma intervenção no Paço Municipal, em frente à sede da Prefeitura de Porto Alegre. A intervenção se deu a partir dos acontecimentos descritos anteriormente. Nesse dia, a Ocupação Baronesa, juntamente com apoiadores diversos, expressou em praça pública a sua luta, seus anseios e suas demandas. Apontou, como em outras situações, para a indiferença da gestão municipal em reconhecer sua existência como parte do social. Apresentou demandas comuns: acordadas em conjunto. A configuração desigual do direito à cidade e à moradia, é importante salientar, está marcada por questões de cor, gênero, nível de instrução, pobreza, entre outros. De um lado, negritude, ancestralidade, povos originários, mulheres: a Baronesa. De outro, uma ordem policial que busca negar, a essas pessoas e coletivos, existência. Entre a polícia e a política, grades barram o acesso de quem não pertence. Mas grades podem ser transpostas.

¹ Sobre a história, ver: WEISSHEIMER, M. **Prefeitura de Porto Alegre decide demolir prédio que abrigou a Ocupação Baronesa**. Jornal Sul21, 2019. Disponível em: <sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2019/07/prefeitura-de-porto-alegre-decide-demolir-predio-que-abrigou-a-ocupacao-baronesa/>. Último acesso em 15/12/2021.

A cena aqui retratada é uma cena política pois retrata um processo de tomada de palavra de si pelas próprias pessoas a quem a dignidade de moradia é rejeitada. É política pois denuncia o descaso do poder público com a habitação da população pobre, negra e indígena na cidade de Porto Alegre. Descaso que se traduz em periferização, em marginalização. A cena é política pois aponta para a incapacidade de reconhecimento de dissidentes do sistema habitacional meritocrático neoliberal como iguais. Pois confere visibilidade ao dano que é uma cidade-só-bordas, produzida por poucos e para poucos. Poucos que se pensam muitos.

O primeiro passo para que se possa pensar outros mundos possíveis, arriscamos, é elaborar como o social se configura de forma não-igualitária. É buscar reconhecer os danos para, então, tratá-los. A partir de seu processo emancipatório, a Ocupação Baronesa pôde dar visibilidade a outras formas de viver na cidade, que escapam à lógica de criação irrestrita de mercados e ativos e, portanto, de financeirização da paisagem urbana. E, mesmo dispersa pela cidade, articula-se em praça pública e evoca seu grito de resistência: Baronesa Resiste!

TERCEIRA CENA: “MONUMENTO”



Figura 3: “Cidade e Mo(nu)mento”. **Fonte:** KOECHE, 2019. Foto de Alcindo Dedavid.

Vegetais emolduram a imagem. Abaixo, arbustos. Acima, copas de árvores. Pontos de luz criam jogos entre claros e escuros, entre texturas e silhuetas. Descentralizada, uma estrutura de andaimes metálicos é erguida no cruzamento entre um eixo e outro da praça. Até certa altura é aplicada uma tela, tal qual uma cortina. A tela, do tipo que se utiliza em obras de construção civil, acaba por envolver não apenas os andaimes, como também um monumento em bronze: equestre, masculino, militar. Um monumento do tipo “herói de guerra” cujo homenageado não será, aqui, nomeado. Contrastando com a organicidade

dos vegetais e os tons escuros conferidos pelo tempo, os ângulos retos e a cor branca do cubo formado pela tela chamam atenção. Se sobrepõem à figura oficial, mas não a escondem. O cubo serve, ainda, como suporte para denúncias envolvendo remoções, violências e negações de direitos fundamentais de diversas comunidades na cidade de Porto Alegre, enunciadas em áudios e projeções de vídeo.

“Cidade e Mo(nu)mento”, ou apenas “MONUMENTO”, foi uma intervenção artística *site-specific* ocorrida entre os dias 9 e 12 de setembro de 2019 na Praça da Alfândega, em Porto Alegre. De autoria de Livia Koeche e Pedro Leggerini, a obra se deu em função do 21º Congresso Brasileiro de Arquitetos e contou com a coautoria do Margem_Laboratório de Narrativas Urbanas, do Movimento Nacional de Luta pela Moradia e das comunidades acometidas de processos de remoções forçadas e truculentas da Ocupação Baronesa e Bom Jesus, na zona leste da cidade. É a partir dos diversos ataques à ocupações como a Baronesa, orquestrados pelo poder público em aliança a interesses de mercado, que se estabelece a narrativa artística: uma montagem audiovisual com falas das pessoas removidas, relatos de resistência e dos processos de desarticulação e suas repercussões, imagens e vídeos de registro, tanto das rodas de capoeira quanto da precariedade e das violências sofridas. Essa montagem foi, então, projetada sobre o cubo por meio de *videomapping*.

A proposta, idealizada pelo casal de artistas, logo foi apropriada pelos demais coletivos. Não foi um processo de simples entrevistas ou coletas de material das comunidades, mas de sua participação ativa na discussão, definição e aprovação dos conteúdos. É nesse sentido que a experiência estética em questão figura, aqui, como uma cena política: se trata de uma denúncia de processos de exclusão que, mesmo contando com a coautoria de grupos universitários e de membros da classe artística, é demandada e pensada pelas próprias pessoas a quem a participação igualitária na partilha do sensível é tradicionalmente negada. Assim, acreditamos se tratar da instauração de existências outras por meio de agenciamentos e transposições, dando visibilidade e voz a quem cabe a narração de outras histórias sobre a cidade, e, por que não, de outras cidades nascidas das diferenças.

Posto que outras formas de existência e práxis urbana carregam a potência de desnaturalizar o que está colocado, a narração da experiência de si aparece, pensemos, na política enquanto força de desmantelamento. Pessoas que tomam a palavra de si no momento em que participam do processo de produção, discussão e aprovação do conteúdo da montagem. Não são elas que dispõem dos meios para produzir uma montagem audiovisual profissional ou participar de um edital de práticas artísticas, mas são elas que definem o que precisa ser dito e como: os danos a tornar visíveis e dizíveis.

Apontemos como essa intervenção artística visibiliza danos ligados à configuração desigualitária do direito à cidade. Primeiramente, como se não fosse o bastante, não se trata “apenas” de uma questão de indiferença para com dignidade de moradia dessa população. O que é negado não é tão somente a moradia digna como um bem. Fica em evidência a cultura de violência, inclusive física, exercida para com pobres, *negres* e *indígenas* por parte das autoridades e das lógicas de mercado. Corpos que, não pertencendo a iguais, são relegados ao frio cortante.

Outro ponto é a subversão da narrativa de vitória expressa pelo monumento ali presente. A denúncia ganha outras dimensões quando colocada sobre a figura de um suposto herói de guerra. A narrativa de “derrotades”, quando sobreposta a uma de “vencedores”, em plena praça pública, contesta uma história supostamente oficial, marcada por versões de mundo brancas, masculinas, eurocêntricas, coloniais. Visibilizar o dano é desnaturalizar ordens, é oferecer outras versões e possibilidades na busca pela igualdade.

Em um terreno previamente abandonado, a Baronesa estabeleceu, mesmo que brevemente, uma ocupação de luta e vida, dando a ver o que pode a cidade emancipada. Um ato estético e político também pode ocorrer quando, ao invés de uma oficialidade bélica e masculina, tornam-se visíveis outros modos, outras narrações, outras cidades em plena praça pública. Essa disputa é estética pois dá a ver outros nexos de sentido. É política pois desnaturaliza as ordens de classe tal qual vêm sendo produzidas. A arte, enfim, surge como potência do comum, na medida em que possibilita um fazer-com em lugar de um fazer-sobre.

Também fica evidente o caráter emancipatório do trabalho artístico, no sentido de acessar diversas inteligências e oferecer possibilidades de contestação e subversão de ordens dominantes e embrutecedoras. No caso de comunidades como a Baronesa, alguns componentes importantes dessa redefinição são a importância de proteger os laços afetivos e de solidariedade, as relações de vizinhança (que questionam as lógicas concorrenciais) e a ativação da cidade por meio do próprio corpo coletivo, da própria vida. O direito à cidade aparece, assim, não como algo pronto, mas como uma discussão que precisa ser colocada em marcha ao atentar para a multiplicidade de formas através das quais a cidade é praticada e instaurada no cotidiano.

ENTREATOS

Três cenas foram apresentadas a partir de três imagens. Exploramo-las, primeiramente, como oportunidades de investigação do que pode o plano conceitual do político proposto por Jacques Rancière, com especial interesse em estabelecer costuras e aproximações com os estudos urbanos. Questões de relevância para a discussão foram o direito à cidade e à moradia digna, temas urgentes a enfrentar e problematizar no campo do Planejamento Urbano e Regional.

Na primeira cena, dizeres anônimos estabelecem uma contra-narrativa ao *modus operandi* da produção urbana em curso. A rua, praticada em anonimato, se instaura como lócus político e palimpsesto das múltiplas discursividades e sentidos da experiência urbana. Nos perguntamos, a partir daí, o que pode o anonimato, o que podem os coletivos de seres “sem nome” na desnaturalização de ordens policiais. A segunda cena se dá em um processo de luta, uma união de seres em praça pública. Essa narrativa vem carregada das vozes, dos rostos, da potência de corpos que, em conjunto, se fazem corpo coletivo. Essa articulação de demandas e modos de expressão, encaramos, se dá no processo ao qual Rancière denomina de “tomada de palavra”, a partir do qual a visibilidade é disputada a partir das localizações sociais do diferente. O processo artístico da cena três é trazido de forma a explorar como o regime estético proposto por Rancière pode vir a desestabilizar a ordem urbana vigente. A intervenção em

questão se deu no espaço público, no último dia do Congresso Brasileiro de Arquitetos de 2019, funcionando, também, como forma de visibilização, diálogo e crítica às ordens policiais performadas por *arquitetes* e urbanistas.

“A distribuição do sensível, ou seja, a distribuição do visível, do dizível e do pensável por meio dos quais os seres humanos se interligam numa comunidade” constitui a base comum da experiência estética e da ação política. Por isso, para Rancière, falar de estética é falar de política. Acerca disso, parece descomplicado supor que uma apropriação estética da política pode dar vazão a investigações que se debruçam sobre a experiência urbana sensível de quem vive a cidade cotidianamente, de forma a contestar e suplantar lógicas dominantes e embrutecedoras por meio da visibilização de danos à igualdade.

Nesse sentido, especial atenção deve ser conferida às feridas abertas em ordens policiais por atos políticos. Essas aberturas, em que nada está resolvido *a priori*, parecem ser fundamentais para que se reconheça formas de tratamento do dano: novos modos de ser, pensar, fazer e dizer que rompem com as ordens policiais e com os regimes de autorização discursiva. Para Rancière, um círculo de potência deve ser iniciado, em que diferentes experiências e conhecimentos podem dar origem a diversas formas de estar em conjunto e em igualdade. De fato, a igualdade como princípio político possibilita a aceitação de outrem em sua diferença. E, na diferença, somos *todes* iguais.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição Federal**. 2021[1988]. Disponível em: <senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_04.02.2010/art_6_.asp>. Último acesso em 4 de janeiro de 2021.

IBGE. **Habitação**. PNAD Contínua. 2018.

JORNAL BRASIL DE FATO RS. **Famílias da Baronesa ocupam novo prédio em Porto Alegre**. 2019. Disponível em: <brasildefators.com.br/2019/07/30/familias-da-baronesa-ocupam-novo-predio-em-porto-alegre>. Último acesso em 13/12/2021.

KOECHE, L. **MONUMENTO**. 2019. Disponível em: <liviakoeche.cargo.site/MONUMENTO>. Último acesso em 13/12/2021.

MAGALHÃES, P. **Tanta gente sem casa, tanta casa sem gente**. 2015. Disponível em: <artelogy.com/pt/fotografia/tanta-gente-sem-casa-tanta-casa-sem-gente>. Último acesso em 28/11/2021.

RANCIÈRE, Jacques. **O Que É Estética**. Trad. R. P. Cabral. Lisboa: KKYM, 2011.

RANCIÈRE, Jacques. **O Mestre Ignorante**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. **Nas Margens do Político**. Lisboa: KKYM, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. **O Desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 2018.